

Inclusão de raça no IR pode marcar virada na agenda de pró-equidade



» RACHEL QUINTILIANO
Jornalista, autora do livro
Negra percepção: sobre mim e nós na pandemia e membro-fundadora da Cojira-DF

Uma hora, a reivindicação do povo se transforma em política pública. Desde esta segunda, 23 de março, é possível informar a raça e a cor de quem declara o Imposto de Renda (IR) no Brasil. Esse avanço é resultado de uma agenda histórica sustentada pelo movimento social negro brasileiro — que, desde o processo de redemocratização, intensificou a pressão para que o Estado produza dados capazes de revelar quem são os brasileiros, como vivem e, sobretudo, como o racismo estrutura desigualdades.

A discussão é antiga, assim como a coleta dessa informação. O quesito raça/cor é aplicado no Brasil desde a década de 1870. Naquela época, antes da abolição da escravatura, a consulta era dividida entre população livre e escravizada e utilizava as categorias branco, preto, pardo e caboclo. Ao longo do tempo, o processo de coleta desse dado se modernizou até que, quase 100 anos depois, a partir de 1990, passou a adotar o quesito como conhecemos hoje, com cinco categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Recentemente, o IBGE tem realizado pesquisas específicas para comunidades tradicionais e/ou originárias, como quilombolas e indígenas.

Menos de 10 anos após a redemocratização, ocorreu mais um marco de mobilização do movimento

social negro: a Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida, realizada em Brasília, em 1995, que apresentou entre as reivindicações o aperfeiçoamento e a aplicação cada vez mais ampla da informação sobre raça/cor. Segundo o documento do Movimento Negro Unificado daquela época, o recado era direto: “(...) inclusão do quesito cor em todo e qualquer sistema de informação sobre a população, cadastros do funcionalismo, usuários de serviços, internos em instituições públicas, empregados, desempregados, inativos e pensionistas e, particularmente, nas declarações de nascimentos, prontuários e atestados de óbito para que se conheça o perfil da morbidade e da mortalidade da população negra no país”. O objetivo foi — e ainda é — saber como cada pessoa, segundo sua raça/cor, acessa ou não direitos e serviços, de modo a orientar a própria administração pública a promover políticas universais, equitativas e integrais.

O movimento social negro, ao mesmo tempo em que exigia do Estado brasileiro a universalização da coleta e do tratamento desse dado, colocou em curso campanhas educativas e de sensibilização para que os cidadãos soubessem responder e para que o quesito raça/cor pudesse ser aplicado de forma autodeclaratória nos processos de consulta do Censo e, posteriormente, em qualquer instrumento capaz de subsidiar políticas públicas.

Tudo a seu tempo — e de forma letárgica, convenhamos. Em 2012, o país finalmente adotou o quesito raça/cor nos registros administrativos do governo federal, como resposta às diretrizes do Estatuto da Igualdade Racial (2010).

Agora, 31 anos depois do levante daquele novembro e também após a proposição do projeto de lei da

deputada federal Benedita da Silva (ainda em tramitação), que altera o art. 7º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir campo para autodeclaração racial na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda, a inclusão do quesito raça/cor chega ao popular Leão, um dos principais instrumentos para compreender como ocorre a distribuição de renda no país — algo muito além de “apenas” registrar ganhos, pagamentos e recolhimento de impostos.

As informações coletadas e processadas nesse procedimento permitirão que o Estado brasileiro compreenda como a renda é distribuída em um dos países mais desiguais do mundo, que tem o racismo como um marcador dessa diferença. Com a possibilidade de que contribuintes informem sua raça/cor, o país não poderá mais se desculpar por ignorância, tampouco pela apatia na formulação de políticas de enfrentamento ao racismo e promoção da equidade em todos os campos, inclusive no econômico.

Outro dia, já alertava um amigo meu, mestre em economia e pós-doutor em políticas públicas, Elias Sampaio: “(...) o desafio está em fazer políticas públicas que vão ao encontro de um desenvolvimento econômico em que a equidade racial seja central”. Ele quer dizer, com isso, que é preciso construir políticas de equidade racial em todos os espaços, não apenas nos organismos com essa finalidade específica para que uma transformação real e efetiva entre em curso.

A coleta de informação de raça/cor no IR certamente jogará luz para que gestores públicos desenhem e executem políticas que, de fato, considerem essa centralidade, necessária para o bem viver do povo brasileiro. Já é hora de fazer novas e contundentes cobranças.

Energia e desenvolvimento: oportunidade para o Brasil avança



» DANIELA COUTINHO
Vice-presidente da Abrace Energia,
associação que representa os
grandes consumidores de energia
elétrica e gás natural

A história mostra que energia e geopolítica caminham juntas. Em diferentes momentos, conflitos internacionais tiveram na energia um de seus elementos centrais — seja pela disputa por recursos, seja pela dependência de determinadas fontes. Mais uma vez, o mundo acompanha uma guerra em que o tema energético aparece no centro das atenções, influenciando preços, cadeias produtivas e decisões estratégicas de governos e empresas.

Essa realidade reforça uma lição importante: energia não é apenas um insumo produtivo. É um fator determinante de competitividade econômica e de soberania nacional.

No atual contexto de transição energética, reorganização das cadeias globais e corrida tecnológica, países capazes de oferecer energia abundante, limpa e a preços competitivos tendem a sair na frente. Energia tornou-se um ativo estratégico para atrair investimentos, fortalecer cadeias industriais e liderar novas tecnologias — uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento.

Sob esse aspecto, poucos países no mundo estão tão bem posicionados quanto o Brasil. Nossa matriz elétrica é majoritariamente renovável, e o país possui um dos maiores potenciais do planeta para expandir a geração de energia limpa. Esse diferencial deveria nos colocar em posição privilegiada para liderar a transição energética global e impulsionar uma nova etapa de desenvolvimento industrial.

Mas vivemos um grande paradoxo: temos uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, mas ainda não conseguimos transformar essa vantagem comparativa em competitividade econômica. Hoje, uma parcela significativa do custo da energia no país não está relacionada à geração, mas a encargos, subsídios cruzados e ineficiências do próprio setor.

O impacto vai muito além da conta de luz. A energia está presente em praticamente tudo que consumimos. Levantamentos indicam que 41,5% do custo da energia está embutido no preço das mercadorias e 26,9% nos serviços. Energia cara não pesa apenas na conta de luz: ela encarece produtos, serviços e pressiona diretamente o custo de vida da população.

Para a indústria, esse problema é ainda mais crítico. Os setores representados pela Abrace respondem por quase 40% do consumo industrial de eletricidade no país e têm papel central na geração de investimentos, empregos e inovação.

Sem energia competitiva, o Brasil perde capacidade de produzir, investir, inovar e gerar empregos. E desperdiça justamente o que poderia ser sua maior vantagem comparativa: uma matriz energética limpa e abundante.

Esse debate precisa ganhar centralidade no cenário político. Em um ano eleitoral, é fundamental que os candidatos incorporem a agenda da energia em seus planos de governo.

Garantir energia a preços justos não é apenas uma pauta setorial, é uma estratégia de desenvolvimento nacional. Reduzir o custo da energia para a indústria significa ampliar a competitividade do país, atrair novos investimentos e fortalecer cadeias produtivas. Significa também criar as condições necessárias para acelerar a descarbonização da produção industrial, gerar empregos de qualidade e promover crescimento sustentável.

O Brasil tem todas as condições para liderar a transição energética global e transformar energia em um poderoso motor de desenvolvimento. O que falta não é potencial — é decisão política para remover distorções, reduzir custos e permitir que a energia cumpra um papel estratégico para a economia.

A energia pode — e deve — ser um dos pilares do desenvolvimento brasileiro nas próximas décadas.



Violência de gênero e a urgência em proteger o amanhã



» ANDRÉA JÁCOMO
Pediatra, professora de medicina do Ceub e coordenadora do Departamento de Pediatria Ambulatorial da Sociedade de Pediatria do DF

No 8 de março celebramos o Dia Internacional da Mulher, confesso que foi difícil comemorar este ano. Desconfio que por estar acompanhando de perto as mudanças físicas, psicológicas, sociais e os questionamentos tanto da minha filha de 15 anos quanto do meu filho de 12 anos diante das notícias estarrecedoras envolvendo adolescentes da idade deles. Não há como celebrar quando o cenário epidemiológico da violência de gênero apresenta indicadores tão letais e devastadores.

Nas salas de aula do curso de medicina, quando discutimos gravidez na adolescência, ensino meus alunos a observar o cenário e identificar fatores de risco para trabalhar a prevenção. No entanto, as manchetes recentes não exigem um olhar clínico treinado para serem lidas como sintomas de um colapso civilizatório. O aumento dos índices de feminicídio no Brasil não é apenas um dado estatístico; é a prova de que o domicílio, as escolas e até universidades, que deveriam ser o porto seguro para o desenvolvimento infantil e juvenil, tornaram-se, para muitas, o local de maior vulnerabilidade.

Como processar a notícia da absolvição de um

homem que se casa com uma criança de 12 anos? Na pediatria, baseamo-nos em evidências para afirmar que a maturação neurológica e emocional nessa idade é incompatível com qualquer forma de consentimento para uniões conjugais. Validar isso juridicamente é institucionalizar o abuso e retroceder décadas na proteção da infância. É dizer às nossas meninas que seus corpos são territórios negociáveis antes mesmo de serem compreendidos por elas mesmas.

O horror ganha contornos ainda mais sombrios quando o inconformismo com o término de um relacionamento transborda em filicídio. O caso do pai que retira a vida dos dois filhos e a própria, apenas para punir a ex-companheira, é a manifestação mais cruel da posse tóxica. Para mim, no consultório, o bem-estar da criança é absoluto. Ver crianças sendo usadas como ferramentas de vingança contra mulheres é, para além de triste, um trauma coletivo que ecoará por gerações.

E o que dizer do estupro coletivo de uma jovem de 17 anos no Rio de Janeiro, perpetrado por seus colegas de escola? Aqui, o ambiente educativo, que deveria ser o berço do respeito e da alteridade, transformou-se em palco de uma barbárie que nos interroga: que tipo de masculinidade estamos ajudando a construir? Como mãe, olho para minha filha e sinto um aperto no peito que a medicina não cura; como professora, penso nas dificuldades que minhas alunas já superaram e no que vão enfrentar. Elas estão entrando na vida adulta em um mundo em que o convívio acadêmico e profissional pode esconder predadores disfarçados de pares.

A prática baseada em evidências nos ensina que a prevenção primária é o melhor caminho. Isso significa que não basta punir; é preciso reeducar. Precisamos de políticas públicas que não sejam apenas reativas, mas que atuem na raiz do problema: a desconstrução da ideia de que a mulher é um objeto sob domínio masculino. Neste mês de março, o meu “parabéns” é substituído por um manifesto de urgência. Brasília, como centro das decisões políticas, precisa liderar essa resposta. Não podemos aceitar que a violência contra a mulher seja tratada como um ruído de fundo na nossa rotina.

À minha filha, às minhas pacientes e às minhas alunas, tento ensinar a importância da valorização da vida, da autonomia e da liberdade como o seu bem maior. Ao meu filho, aos meus pacientes e aos meus alunos, ensino que a saúde de uma mulher começa pela garantia de sua integridade física e psicológica. E à sociedade, deixo o alerta: uma nação que enterra suas mulheres e negligencia o abuso de suas crianças está falhando em sua função biológica e ética mais básica: a preservação da vida. Não tenho dúvida de que devemos a reversão da absolvição no caso do casamento das meninas de 12 anos, aconteceu em muito graças à pressão da opinião pública.

Que o meu luto e de tantas mulheres deste ano se transforme na força motriz para mudanças estruturais. Que a justiça seja o remédio que cura a impunidade e que a educação seja a vacina contra a violência estruturada contra nossas meninas. Somente assim, quem sabe em um futuro próximo, o Dia da Mulher poderá ser, enfim, uma celebração plena e não um grito de socorro.